

Resumo do
Relatório Anual

ISBRE

2016

ISBRE

FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR



O Relatório Anual, além de ser uma exigência legal, é um importante instrumento para manter participantes e assistidos informados a respeito da gestão da entidade, com transparência e clareza. No Relatório Anual é possível verificar dados sobre a gestão dos benefícios, a gestão administrativa e de investimentos, por meio de demonstrações contábeis, pareceres e avaliação dos planos, de informações sobre a situação financeira, patrimonial e atuarial, entre outros aspectos.

Desde 2015, são duas versões do Relatório Anual: a completa e a resumida, ambas podem ser encontradas no site do ISBRE.

O presente documento, de forma resumida, traz informações sobre o desempenho da Entidade, destacando de forma simples e objetiva os principais resultados do seu plano de benefícios, facilitando o seu acesso às informações mais relevantes.

Boa leitura!

Mensagem da Diretoria

A Fundação

Durante o ano de 2016, a Diretoria Executiva e o corpo funcional da Fundação trabalharam no projeto de uma nova identidade visual e de um novo site, lançados em Janeiro de 2017, em comemoração ao aniversário de 40 anos da Fundação.

A nova marca é mais moderna, porém preserva a essência da Fundação, valorizando a região de atuação do Patrocinador BRDE e acrescentando a razão de existir do ISBRE: os participantes.



O novo site do ISBRE também está mais moderno e intuitivo, com fácil navegabilidade. Ele foi construído com novas tecnologias digitais, facilitando o acesso através de Smartphones e Tablets. Na área

restrita, os participantes tem uma nova forma de acesso a todas as informações relevantes sobre a Entidade, seu Plano e sua Aposentadoria, tais como simulação de benefício, informações sobre as contribuições, simulador de empréstimos e rentabilidade do Plano e, no caso dos participantes assistidos, ainda estão disponíveis o contra cheque e comprovante de rendimento.

Em Novembro de 2016, a Fundação implementou uma alteração importante na área de investimentos, passando a adotar um modelo de segregação de ativos com gestão multifundo. Tal sistemática tem por objetivo principal possibilitar que os recursos de investimentos em mercado dos Planos de Benefícios e Administrativo sejam geridos de acordo com as suas especificidades e características individuais de suas obrigações, tendo em vista a manutenção do equilíbrio intertemporal entre os seus ativos e passivos.

Em 31.12.2016 foi realizada a alteração do critério de precificação, de “títulos mantidos até o vencimento” para “títulos para negociação”, de 36.767 quantidades de Notas do Tesouro Nacional – Série B com vencimento em 15.08.2050, que compõem a carteira de investimentos do Plano de Benefícios I, tendo em vista a adequação das condições de liquidez entre ativos e o passivo do Plano, bem como para melhorar a aderência às condições estabelecidas pela regra de solvência vigente no segmento de Previdência Complementar Fechada.

Em Dezembro de 2016, também foi dado início ao projeto de Mapeamento de Processos e Gestão de Riscos. Além de atender à uma recomendação do Conselho Fiscal, esse projeto constitui uma importante ferramenta de gestão para a Fundação a medida que possibilita aprimorar o entendimento e a integração das atividades realizadas em cada processo, formalizando e aprimorando o fluxo dessas atividades, bem como aperfeiçoando a identificação de riscos operacionais e dos seus pontos de controle.

Destacamos, ainda, o processo eleitoral para membro suplente do Conselho Fiscal ocorrido no mês de novembro/2016, do qual resultou eleito o Participante Claiton Eveir Schmidt. A Diretoria Executiva agradece a participação dos Participantes na eleição, tanto Assistidos como Ativos. Agradecemos, ainda, a todos os senhores candidatos inscritos no referido pleito, por suas voluntárias participações e interesse pelos desígnios desta Fundação, o que demonstra a importância do ISBRE para seus Participantes.

Finalmente, a Diretoria Executiva e o corpo funcional da Fundação agradecem aos Conselheiros Tarcísio Jaime Herdt e Máicol Cristian Stein de Souza, membros titulares do Conselho Fiscal, e aos Conselheiros Iraci Antonio Brunetto, Nivaldo Presalino Vieira e Claonice Machado Fagundes, membros suplentes do Conselho Fiscal, que encerraram seus mandatos durante o ano de 2016 pelo comprometimento, profissionalismo e dedicação no exercício de seus cargos na Fundação.

Ambiente Macroeconômico e de Mercado

No ano de 2016, o Brasil vivenciou um ambiente político conturbado, marcado por escândalos de corrupção e o impeachment da Presidente da República, com implicações importantes para as condições macroeconômicas e de mercado domésticas. O cenário externo também se mostrou desafiador, com a manifestação de riscos políticos com impacto desestabilizador, como a aprovação, em referendo, da saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit), a eleição de Donald Trump para a presidência dos EUA e a ascensão de partidos de extrema direita na Europa.

Nos EUA, tendo em vista a evolução aquém do esperado do ritmo de atividade econômica, o ciclo de normalização da política monetária americana foi suavizado em relação ao que era esperado no início do ano. Entretanto, com a vitória de Trump e as expectativas em relação a implementação de seu programa de governo contemplando agressiva expansão fiscal, ampla desregulamentação e privatizações, além de uma agenda comercial

protecionista, verificou-se a reversão de perspectivas em relação à trajetória política monetária, com implicações importantes para a formação de preços nos mercados de ações, taxas de juros e moedas.

Na Europa, apesar do Brexit, os níveis de atividade econômica e inflação mostraram evolução favorável, mas em ritmo mais modesto do que vivenciado nos EUA, apesar do suporte de programas de estímulos monetários por parte, tanto do Banco Central Europeu (BCE), quanto pelo Banco da Inglaterra (BOE), inclusive com a ampliação de estímulos em ambas jurisdições.

A Ásia também vivenciou contexto macroeconômico similar, com o ritmo de atividade evoluindo de acordo com as expectativas, principalmente na China. Da mesma forma, contudo, com o suporte de amplos programas de estímulos fiscais e monetários promovidos pelos governos da China e do Japão.

No Brasil, o ano de 2016 foi marcado por importante redirecionamento da agenda de política econômica, com a mudança de governo. Dada a situação de fragilidade fiscal e desancoragem de expectativas de inflação, a prioridade do novo governo foi a implementação de uma agenda de reformas com vistas a restauração do equilíbrio fiscal de longo prazo, estabilização da relação dívida/PIB e estabilidade de preços.

Nesse sentido, foram aprovadas diversas medidas, dentre as quais se destacam a desvinculação de receitas da União (DRU), a reversão de incentivos fiscais e de orientação do financiamento público, a antecipação de parcela da dívida do BNDES com o Tesouro, a adoção de meta de superávit primário mais realista, a renegociação de dívidas com os Estados, a imposição de limite à evolução dos gastos do Governo Central, além do encaminhamento das reformas trabalhista e da previdência.

Em termos de atividade econômica, houve novamente surpresa negativa, com queda do PIB de aproximadamente 3,6% no ano. Nesse contexto, em que a diferença entre nível de produção efetiva e a potencial (hiato do produto) se situou em -4% e o governo mostrou comprometimento com convergência da inflação para a meta de 4,5%, a inflação medida pelo IPCA fechou o ano em 6,3%, contra 10,7% no ano anterior.

Com a demonstração por parte do governo de capacidade de articulação política necessária para viabilizar a realização de reformas e a reancoragem de expectativas em relação à inflação, num contexto de atividade surpreendentemente fraca, o mercado passou a adotar uma postura de aumento de exposição a risco, tendo em vista a atratividade dos preços de ativos financeiros nos diferentes mercados.

No mercado de moedas, o real apresentou valorização de 16,5% no período. Na renda fixa o IRF-M (Índice de Renda Fixa da Anbima), que referencia o desempenho dos títulos prefixados, acumulou rentabilidade de 23,37% no ano, enquanto o IMA-B (Índice de Mercado da Anbima – Série B), que referencia

o desempenho dos títulos indexados à inflação, apresentou rentabilidade de 24,81% no mesmo período. Na renda variável, o desempenho foi ainda melhor, com o Índice IBX acumulando rentabilidade de 36,70% no ano de 2016.

Desempenho Econômico Financeiro

O Plano de Benefícios I (PB I) encerrou o ano de 2016 com Patrimônio de Cobertura de R\$ 849,8 milhões, dos quais, R\$ 743,5 milhões referentes às Reservas Matemáticas previstas para o pagamento de benefícios e R\$ 106,4 milhões de superávit acumulado. O PB I apresentou rentabilidade de 24,07% em 2016, correspondendo a 206,79% da meta atuarial no período. Aproximadamente 44% deste resultado adveio do aproveitamento de oportunidades no mercado de taxas

de juros reais e nominais. Ainda no segmento de renda fixa, 13% resultaram da posição aplicada em títulos indexados à inflação marcados na curva e 15% em ativos atrelados à taxa de juros pós-fixadas. Os investimentos realizados no segmento de renda variável explicaram aproximadamente 14% do resultado, respectivamente. O restante do resultado adveio dos segmentos de imóveis e empréstimos a participantes.

O Plano de Benefícios II (PB II) encerrou o exercício com Patrimônio de Cobertura de R\$ 69,9 milhões. O PB II apresentou rentabilidade de 23,27% em 2016, correspondendo a 199,91% da meta atuarial e 166,21% do CDI no período. Aproximadamente 43% deste resultado adveio do aproveitamento de oportunidades no mercado de taxas de juros reais e nominais. Ainda no segmento de renda fixa, 13% resultaram da posição aplicada em títulos indexados à inflação marcados na curva e 15% em ativos atrelados à taxa de juros pós-fixadas. Os investimentos realizados no

segmento de renda variável explicaram aproximadamente 19% do resultado. O restante do resultado adveio dos segmentos de imóveis e empréstimos a participantes.

O Plano de Gestão Administrativa apresentou rentabilidade de 26,69% no ano de 2016, correspondendo a 190,64% do CDI, sendo que o PGA mantém alocação somente no Segmento de Renda Fixa.

Composição dos Conselhos em 31/12/2016

CONSELHO DELIBERATIVO

Celso Afonso Monteiro Pudwell – Presidente

André Lopes Falcão

Carlos Areton Azzolin Olson

Carlos Aurélio L H Ribeiro

Carlos Dickel Da Fontoura

Dante Carlos Schuch

CONSELHO FISCAL

Fabiano Meassi – Presidente

Leonir Maria Pizzato Reis

Francisco Melo de Aquino

Thaís Paola Grandi

Suplentes:

Claiton Eveir Schmidt

Gustavo Trombini Orsolin

Rafael Carneiro Abrahão

Vitória Almeida Lunardelli

DIRETORIA EXECUTIVA

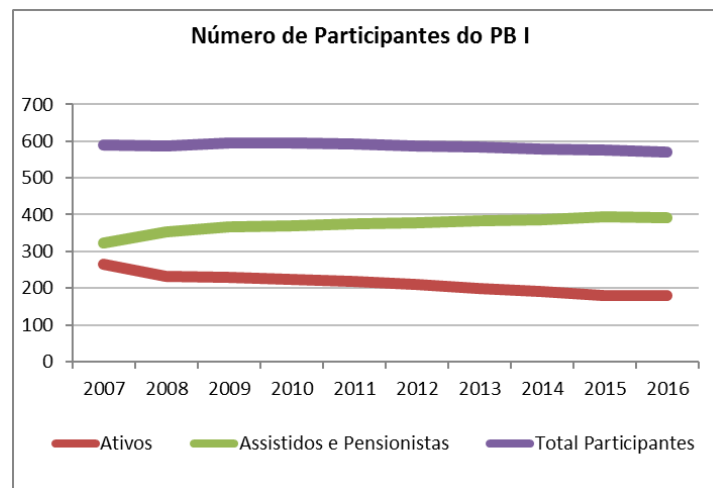
Mauro Rosito D'Avila - Diretor Presidente e Diretor Administrativo e de Previdência

Luiz Rogério Isotton - Diretor Financeiro e de Investimento

Grupo de Participantes Ativos, Assistidos e Pensionistas em 31/12/2016

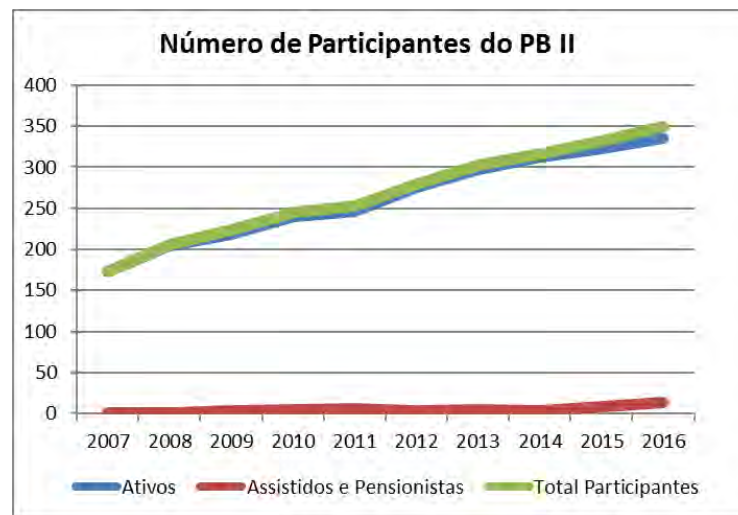
Plano I - Benefício Definido

180 participantes ativos
e
391 assistidos e pensionistas*



Plano II - Contribuição Variável

336 participantes ativos
e
13 assistidos e pensionistas*



* Inclui participantes em benefício de Auxílio-doença.

Contribuições e Benefícios Pagos em 2016

PBI: Benefício Definido

R\$ 17.438.800

em Contribuições

↑ 9,7%

em relação a 2015

R\$ 49.556.600

em Benefícios Pagos

↑ 9,9%

em relação a 2015

PBII: Contribuição Variável ⁽¹⁾

R\$ 8.481.700

em Contribuições

↑ 18,5%

em relação a 2015

R\$ 410.300

em Benefícios Pagos

↑ 80,1%

em relação a 2015

(1) Nos valores informados não estão sendo considerados os resgates e as portabilidades recebidas e cedidas. No Plano II, verificou-se em 2016 a saída de recursos no montante de R\$212 mil a título de portabilidade cedida e resgate, mas também verificou-se o ingresso de R\$190mil a título de portabilidade recebida.

Provisões Matemáticas em 31/12/2016

As Provisões Matemáticas correspondem ao valor necessário para cumprir todas as obrigações do Plano com o pagamento de benefícios.

As hipóteses adotadas no cálculo das Provisões Matemáticas são apresentadas no Parecer Atuarial, elaborado para cada Plano de Benefícios pela Consultoria Atuarial do ISBRE.

Plano I - Benefício Definido

R\$ 743.451.151



4,2%

em relação a 2015

Provisões Matemáticas	743.451.151
Benefícios Concedidos	506.139.368
Benefícios a Conceder	237.311.783

Plano II - Contribuição Variável

R\$ 69.600.775



41,6%

em relação a 2015


Provisões Matemáticas	69.600.775
Benefícios Concedidos	4.838.040
Benefícios a Conceder	64.762.735

Patrimônio de Cobertura em 31/12/2016

O Patrimônio de Cobertura corresponde ao valor já existente na Entidade para garantir os compromissos assumidos pelo Plano com o pagamento de benefícios.

Plano I - Benefício Definido

R\$ 849.847.884


 18,6%

em relação a 2015

Superávit R\$ 106 milhões
(em 2015 Superávit de R\$ 3 milhões)

Plano II - Contribuição Variável

R\$ 69.928.629

 42,3%

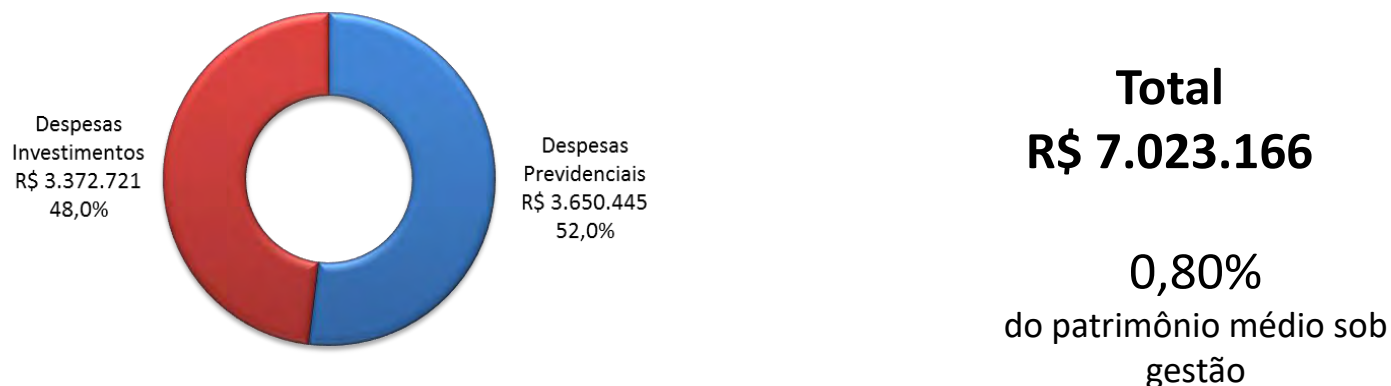
em relação a 2015

Superávit R\$ 328 mil
(em 2015 Resultado NULO)

Plano de Gestão Administrativa – PGA

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) define as regras, normas e critérios para a gestão administrativa do ISBRE, com o objetivo de garantir a independência entre os recursos dos Planos de Benefícios e aqueles utilizados na gestão da entidade.

Foram realizadas as seguintes despesas durante o exercício de 2016:



Em 31/12/2016, o valor constituído como Fundo Administrativo para o Plano de Benefícios I era de R\$ 1.245.146,77 e para o Plano de Benefícios II, de R\$ 941.529,50.

Em 2016, duas situações influenciaram fortemente o aumento das despesas administrativas da Fundação: i) uma conciliação contábil de períodos anteriores e ressarcimento ao Patrocinador relativo à cessão de pessoal; e ii) o pagamento de verbas trabalhistas referente à rescisão de contrato de trabalho de funcionário da Fundação. Assim, verificou-se um aumento de 24,4% nas despesas administrativas da Entidade em relação ao ano de 2015.

Gestão de Investimentos em 2016

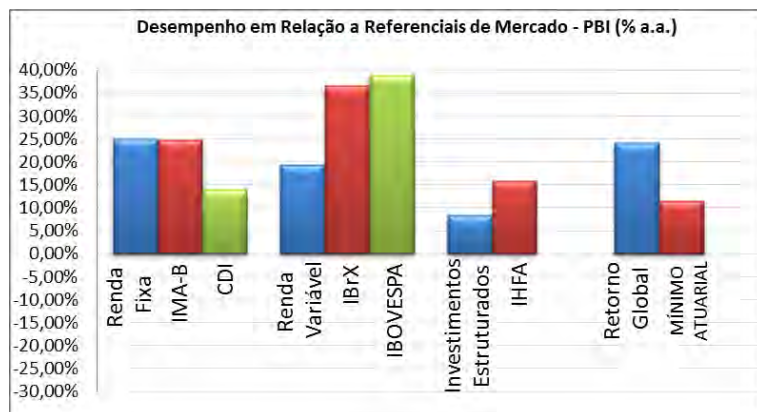
Em consonância com a Política de Investimentos aprovada para o exercício, a carteira de investimentos dos Planos de Benefício I e II apresentava, em 31/12/2016, a composição demonstrada a seguir, em relação aos recursos garantidores.

Segmento de alocação para fins de enquadramento na Política de Investimento	Distribuição dos Investimentos	
	Plano de Benefícios I	Plano de Benefícios II
Renda Fixa	94,53%	93,09%
Renda Variável	2,28%	2,17%
Investimentos Estruturados	0,31%	0,29%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%
Imóveis	1,95%	0,84%
Operações com Participantes	0,93%	3,60%

Gestão de Investimentos em 2016

As rentabilidades por segmento de alocação e as comparações em relação aos respectivos referenciais de mercado são apresentadas, respectivamente, na tabela e nos gráficos abaixo, considerando uma meta atuarial de 11,64% (INPC+ 4,75%).

Segmento	Rentabilidade Bruta em 2016 ¹	
	Plano I	Plano II
Renda Fixa	25,06%	24,74%
Renda Variável	19,47%	19,47%
Investimentos Estruturados	8,37%	8,37%
Imóveis	26,64%	26,64%
Empréstimos a Participantes	15,22%	12,86%
Outros (Ações da Carteira Própria Residual)	-3,53%	-3,53%
Performance Global dos Investimentos	24,07%	23,27%



(1) Rentabilidade bruta da taxa de administração do Plano.

Política de Investimento para 2017

A Política de Investimentos para 2017 manterá a estratégia de gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios integrada de forma ativa com o passivo atuarial, associada ao permanente aperfeiçoamento das práticas de gestão e de controles internos.

Alocação por Segmento

Segmento	Índice de Referência	Plano de Benefícios I		Plano de Benefícios II	
		Limite Máximo	Alvo	Limite Máximo	Alvo
Renda Fixa	IMA-B	95%	85%	95%	84%
Renda Variável	IBrX	20%	6%	20%	6%
Investimentos Estruturados	INPC+7,0%	10%	6%	10%	5%
Investimentos no Exterior	-	2%	0%	2%	0%
Imóveis	INPC+5,5%	4%	2%	4%	1%
Operações com Participantes	INPC+7,0%	3%	1%	15%	4%

Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis, bem como as Notas Explicativas e os pareceres da Auditoria e da Consultoria Atuarial constam na íntegra na versão completa do Relatório Anual de Informações.

Abaixo apresentamos apenas as principais contas do Balanço Patrimonial do ISBRE.

ATIVO	2016	2015
Disponível	12	11
Realizável	939.277	786.722
Permanente	219	193
Total do Ativo	939.508	786.926

PASSIVO	2016	2015
Exigível Operacional	2.264	2.235
Exigível Contingencial	8.853	9.685
Patrimônio Social	928.391	775.006
Total do Passivo	939.508	786.926

Fatos Relevantes

Em 01/11/2016, a Fundação passou a adotar um modelo de segregação de ativos com gestão multifundo. Tal sistemática tem por objetivo principal possibilitar que os recursos de investimentos em mercado dos Planos de Benefícios e Administrativo sejam geridos de acordo com as suas especificidades e características individuais de suas obrigações, tendo em vista a manutenção do equilíbrio intertemporal entre os seus ativos e passivos.

Em 31.12.2016 foi realizada a alteração do critério de precificação, de “títulos mantidos até o vencimento” para “títulos para negociação”, de 36.767 quantidades de Notas do Tesouro Nacional – Série B com vencimento em 15.08.2050, que compõem a carteira de investimentos do Plano de Benefícios I, tendo em vista a adequação das condições de liquidez entre ativos e o passivo do Plano, bem como para melhorar a aderência às condições estabelecidas pela regra de solvência vigente no segmento de Previdência Complementar Fechada.

ISBRE
FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR



40 anos de dedicação a você!

A versão completa do
Relatório Anual de Informações 2016
está disponível no site
www.isbre.com.br

Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE

Rua Uruguai, 155 – Conj. 1401 - CEP: 90.010-140 – Porto Alegre/RS
Fone: (51) 3227.3100 / 3014.8700 – Fax: (51) 3227.3309 / 3014-8705

Site: www.isbre.com.br E-mail: isbre@isbre.com.br

Relatório publicado em 19/05/2017